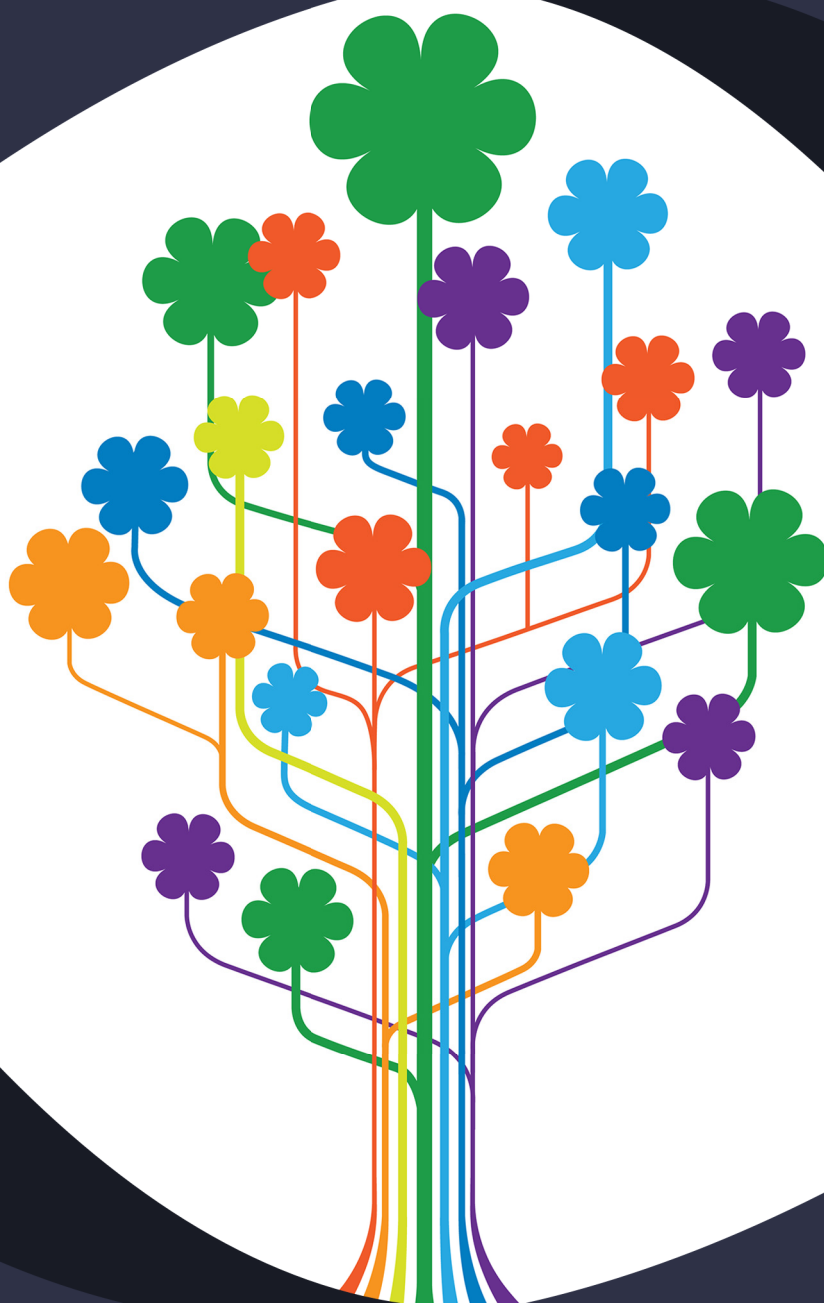


Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos para a Inclusão 2

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Políticas Públicas na Educação Brasileira:
Caminhos para a Inclusão 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Políticas públicas na educação brasileira [recurso eletrônico] : caminhos para a inclusão 2 / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Políticas Públicas na Educação Brasileira. Caminhos para a Inclusão; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-724-6 DOI 10.22533/at.ed.246191710 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Justus, Michéle Barreto. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Entender o que é a Educação Especial e como ela é fundamental para o desempenho dos alunos com necessidades especiais é decisivo para mudar os rumos da educação como um todo, visto que a Educação Especial é uma realidade nas mais diversas escolas.

Frente a esse desafio, colocado aos docentes que atuam em todos os níveis e à toda a comunidade escolar, o e-book intitulado “Políticas Públicas na Educação Brasileira: caminhos para a inclusão - 2” traz contribuições para leitores que se interessem por conhecer alternativas, experiências e relatos de quem se dedica ao estudo do tema.

Esta obra se organiza em 4 eixos: *inclusão e educação especial, educação especial e legislação, estudos culturais e inclusão social e o uso da tecnologia para educação especial.*

O primeiro eixo aborda estudos sobre os desafios e reflexões onde Educação Especial perpassa enquanto uma modalidade de ensino; e apresenta artigos que envolvem estudos sobre pessoas com surdez, superdotação ou altas habilidades e deficiência visual, além de artigos sobre o ensino na Educação Básica, Ensino Superior e gestão e inclusão.

No segundo eixo, os textos versam sobre a análise de alguns documentos oficiais acerca da Educação Especial e seus reflexos no cotidiano das escolas.

No terceiro, traz artigos que abordam temas sobre a educação e seu valor enquanto instrumento para a inclusão social; e por fim, aborda o uso das tecnologias na melhoria das estratégias de ensino na Educação Especial.

Certamente, a leitura e a análise desses trabalhos possibilitam o conhecimento de diferentes caminhos percorridos na Educação Especial, e favorecem a ideia de que é possível ter uma educação diferenciada e de qualidade para todos.

Michéle Barreto Justus

SUMÁRIO

I. INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Desafios e reflexões

CAPÍTULO 1 1

A CULTURA POPULAR COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL

Samantha Camacam de Moraes

Verônica Catharin

Lúcia Pereira Leite

DOI 10.22533/at.ed.2461917101

CAPÍTULO 2 14

OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS AUTISTAS E SEUS PAIS: UM PANORAMA DA NECESSIDADE DA INCLUSÃO ESCOLAR

André Luiz Alvarenga de Souza

DOI 10.22533/at.ed.2461917102

CAPÍTULO 3 32

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA: DESAFIOS À PRÁTICA DOCENTE

Raimunda Fernandes da Silva Souza

Rozineide Iraci Pereira da Silva

Nair Alves dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.2461917103

CAPÍTULO 4 42

O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DE DIFERENTES FIGURAÇÕES ESCOLARES

Keli Simões Xavier Silva

Euluze Rodrigues da Costa Junior

DOI 10.22533/at.ed.2461917104

Surdez

CAPÍTULO 5 53

A EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Júlia Martins Bárbara Rodrigues

Cintia Resende Correa

DOI 10.22533/at.ed.2461917105

CAPÍTULO 6 61

BIBLIOTECA INCLUSIVA: MEDIAÇÃO COM O USUÁRIO SURDO

Bruna Isabelle Medeiros de Moraes

Laís Emanuely Albuquerque Dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.2461917106

Superdotação/altas habilidades

CAPÍTULO 7 69

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR EDUCACIONAL FRENTE AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Elivelton Cardoso Viera
Camila Siqueira Cronemberger Freitas
Carolina Martins Moraes

DOI 10.22533/at.ed.2461917107

CAPÍTULO 8 80

ALTAS HABILIDADES: AS METODOLOGIAS NO ENSINO NAAHS

Maria Luzia dos Santos Moreira

DOI 10.22533/at.ed.2461917108

Deficiência Visual

CAPÍTULO 9 93

BIOLOGIA INCLUSIVA: DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Andressa Antônio de Oliveira
Karina Carvalho Mancini

DOI 10.22533/at.ed.2461917109

CAPÍTULO 10 100

O USO DO SOROBAN NO ENSINO DE MATEMÁTICA PARA A CRIANÇA DEFICIENTE VISUAL

Raffaella de Menezes Lupetina
Marta Maria Donola Victorio
Margareth Oliveira Olegário

DOI 10.22533/at.ed.24619171010

CAPÍTULO 11 111

EM DIREÇÃO ÀS BIBLIOTECAS INCLUSIVAS NO SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: REFLEXÃO DOCUMENTAL SOBRE OS DIRECIONAMENTOS DO IFPE NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

Ada Verônica de Novaes Nunes
Ivanildo José de Melo Filho

DOI 10.22533/at.ed.24619171011

Educação Básica

CAPÍTULO 12 124

LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

André Henrique Furtado Torres
Eva Alves da Cruz
Victor Hugo de Oliveira Henrique

DOI 10.22533/at.ed.24619171012

CAPÍTULO 13 134

O TRABALHO COLABORATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bruna Rafaela de Batista
Ana Lídia Penteado Urban
Luci Pastor Manzoli

DOI 10.22533/at.ed.24619171013

CAPÍTULO 14 143

AS FACETAS DA INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rozineide Iraci Pereira da Silva
Nair Alves dos Santos Silva
Maria Aparecida Dantas Bezerra
Ana Cláudia Xavier Da Silva
Diógenes José Gusmão Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.24619171014

CAPÍTULO 15 153

COMO AS SALAS REGULARES RECEBEM E POSSIBILITAM A PERMANÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SEU PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: UMA VISÃO DOCENTE

Larisse Lorrane Monteiro Moraes
Daniela de Jesus Rodrigues de Andrade
Priscila Lorena Souza Palhano
Sara Maria Silva de Miranda
Fernanda Pinheiro Castro
Bianca Sousa Geber
João Mailson da Silva Quaresma
Larissa Cesarina Mota Gomes

DOI 10.22533/at.ed.24619171015

CAPÍTULO 16 163

DESIGN E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA BUSCA PELO APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO

Maria Carolina Frohlich Fillmann
Karen Mello Colpes
Elisa Bonotto do Couto

DOI 10.22533/at.ed.24619171016

CAPÍTULO 17 176

ENSINO DE INGLÊS PARA ALUNOS SURDOS: MATERIAIS DIDÁTICOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO

Monique Vanzo Spasiani

DOI 10.22533/at.ed.24619171017

CAPÍTULO 18 190

ENSINO PARA SURDOS E ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE A LIBRAS COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO E DE IDENTIDADE

Andréa dos Guimarães de Carvalho

Gilmar Garcia Marcelino

Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.24619171018

Ensino Superior

CAPÍTULO 19 200

OS DESAFIOS DAS IES NA ADESÃO DOS PROFESSORES À INCLUSÃO ESCOLAR

Aline Gama Cunha Carvalho

Jaylla Fernanda Ferreira de Oliveira Raeli

Vanessa do Amaral Tinoco

DOI 10.22533/at.ed.24619171019

CAPÍTULO 20 205

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM MANUAL DIRECIONADO AOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS

Jane de Carlos Santana Capelli

Nuccia Nicole Theodoro De Cicco

Julia Barral Dodd Rumjanek

Vivian Mary Barral Dodd Rumjanek

DOI 10.22533/at.ed.24619171020

CAPÍTULO 21 220

DESAFIOS PARA A (RE) INCLUSÃO DISCENTE EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Karla Rona da Silva

Shirlei Moreira da Costa Faria

Jhonatan Gomes Vieira Frois

Sara Moura Martins

Elizabeth Cristina Pereira Morbeck

Sônia Maria Nunes Viana

DOI 10.22533/at.ed.24619171021

Gestão e Inclusão

CAPÍTULO 22	231
TRABALHO COLABORATIVO NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA A ARTICULAÇÃO DO GESTOR	
Elizete Varusa Seneda	
Eladio Sebastián-Heredero	
DOI 10.22533/at.ed.24619171022	
SOBRE A ORGANIZADORA	236
ÍNDICE REMISSIVO	237

EM DIREÇÃO ÀS BIBLIOTECAS INCLUSIVAS NO SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: REFLEXÃO DOCUMENTAL SOBRE OS DIRECIONAMENTOS DO IFPE NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

Ada Verônica de Novaes Nunes

Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Ivanildo José de Melo Filho

Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

RESUMO: Este estudo teve o objetivo de compreender o IFPE e suas bibliotecas, na perspectiva da inclusão, especialmente, sobre quais estratégias são ou foram desenvolvidas e como o uso das tecnologias são regulamentadas para alunos com deficiência visual. Para tanto, o método utilizado foi guiado por uma pesquisa de natureza documental. As informações foram buscadas no Portal do IFPE considerando como critério de inclusão os documentos que tratavam exclusivamente das temáticas: biblioteca, inclusão e deficiência. Como resposta foram identificados 8 documentos sobre o tema. Esses foram analisados considerando o critério cronológico e a sua relação do conteúdo ao atendimento do objetivo proposto. Os resultados da investigação apontam que o IFPE e conseqüentemente, suas bibliotecas, possuem documentos norteadores ao atendimento inclusivo. Todavia, evidencia-se que esses não são claros ou carecem de sistematização em

direção à padronização para atender esses alunos em suas diversas demandas. Além disso, percebe-se a necessidade de regulamentações específicas em relação as barreiras atitudinais, de infraestrutura, de comunicação, de ausência de metodologias personalizadas e da disseminação de informações com equidade na comunidade acadêmica. Nessa direção, é preciso enfatizar que as bibliotecas do IFPE necessitam assumir protagonismo nessa problematização e se tornarem efetivamente inclusivas, em especial, aos estudantes com deficiência visual, que possuem necessidades específicas para a busca de informação.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Visual. Biblioteca Inclusiva. Educação Profissional e Tecnológica.

TOWARDS TO INCLUSIVE LIBRARIES
IN SUPPORT LEARNERS WITH VISUAL
DEFICIENCY: DOCUMENTARY REFLECTION
ON IFPE DIRECTIVES IN PROFESSIONAL
AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

ABSTRACT: The purpose of this study was to understand IFPE and its libraries in the perspective of including, especially, what strategies are or were developed and how the use of technologies are regulated for students with visual impairment. For this, the method

used was guided by a documentary research. The information was searched in the IFPE Portal considering as inclusion criterion the documents that deal exclusively with the themes: library, inclusion and disability. As an answer, 8 documents were identified on the subject. These were analyzed considering the chronological criterion and its relation of the content to the fulfillment of the proposed objective. The results of the research indicate that the IFPE and, consequently, its libraries, have documents guiding the inclusive service. However, it is evident that these are not clear or need systematization towards standardization to meet these students in their diverse demands. In addition, there is a need for specific regulations regarding attitudinal barriers, infrastructure, communication, lack of personalized methodologies and the dissemination of information with equity in the academic community. In this regard, it should be emphasized that IFPE libraries need to take a leading role in this issue and become effectively inclusive, especially visually impaired students, who have specific information search needs.

KEYWORDS: Visually Impaired. Inclusive Library. Professional and Technological Education.

1 | INTRODUÇÃO

O Censo Demográfico de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidencia que 45,6 milhões de pessoas possuem ao menos um tipo de deficiência, ou seja, 23,9% do total da população brasileira. Sendo, a deficiência visual a que mais atinge o Brasil (18,8%), na sequência, as deficiências, motora (7%), auditiva (5,1%) e, por fim, a mental ou intelectual (1,4%), termos utilizados pelo IBGE. O Censo ratifica, que 61,1% da população com 15 anos ou mais com deficiência não têm instrução ou têm apenas o fundamental incompleto, dados alarmantes.

Desse modo, adentrando no contexto educacional, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), versa no art. 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada em conjunto com a sociedade, para promover o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Em consonância, a Lei nº 9.394/1996 (LDB) – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – afirma, também, que a educação objetiva o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Complementando, a Lei nº 10.753/2003, que instituiu a política nacional do livro, traz no art. 1º que o livro é um meio insubstituível da transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa, da conservação do patrimônio nacional e que se deve assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura. Além disso, a Normativa Brasileira 9050:2015 (NBR), garante que devem existir recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio e publicações em Braille.

Contextualizando com esses recursos e serviços, ao conceito de biblioteca inclusiva, utiliza-se a pesquisa de Pupo e Melo e Ferrés (2006), que discutem sobre bibliotecas acessíveis, e afirmam ser um ambiente que aceita a presença de todos, acolhendo um público diverso, com instalações adequadas e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população.

Sassaki (2010) conceitua inclusão como um processo em que a sociedade se adapta para incluir pessoas com deficiência ou não. Trata-se de uma “equiparação de oportunidades”, em que o ambiente físico, transportes, serviços, educação, trabalho, acesso à cultura, são acessíveis para todos, sob a inspiração de princípios como, o direito de pertencer e valorização da diversidade humana.

Ressalta-se que a inclusão depende de igualdade e equidade nas relações sociais, que não são sinônimos. Isso é um alerta aos que lidam com pessoas com deficiência. A igualdade parte do juízo de que devemos tratar todos iguais. A equidade traz outra perspectiva, afirmando que, não somos iguais, então devemos tratar o diferente de forma diferente, e considerar as necessidades de cada ser humano. E, seguindo a discussão de Azevedo (2013), ambas são fundamentais:

[...] igualdade e equidade constituem valores essenciais para a construção de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social e da solidariedade. [...] Pergunta-se: como se pode renegar a equidade como princípio de políticas sociais se o seu contrário se chama iniquidade? Como relegar a igualdade à história se o seu antônimo (real oposição) é a contínua e persistente desigualdade? (AZEVEDO, 2013, pg.131-132).

Portanto, o uso de Tecnologias Assistivas (TA) é essencial, pois o Comitê de Ajudas Técnicas Brasileiro, afirma que a TA é uma área do conhecimento interdisciplinar, englobando produtos, estratégias e serviços para facilitar a participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no dia a dia. (CAT, 2009). Além do mais, é necessário quebrar barreiras impostas pela sociedade, que dificultam o exercício da cidadania, construindo uma comunidade para todos e uma educação inclusiva.

Sassaki (2010) define seis dimensões para as barreiras: arquitetônica (barreiras físicas), comunicacional (barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação), instrumental (barreiras em instrumentos, ferramentas), programática (barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas) e atitudinal (preconceitos, estereótipos, discriminações).

Através do Decreto nº 7.566, em 23 de setembro de 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou nas capitais do Brasil Escolas de Aprendizes Artífices, para ministrar o ensino profissional e gratuito, a operários e contramestres. A Escola de Pernambuco iniciou suas atividades em 16 de fevereiro de 1910, e ao longo dos anos foi crescendo e se reformulando, quando finalmente, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, caracterizados como

instituições especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino (IFPE-PDI 2009-2013).

O ensino profissional e tecnológico, como defende Kuenzer (2007), tem um caráter mais abrangente, pois busca o domínio dos conhecimentos que “fundamentam as práticas sociais e a capacidade de trabalhar com eles”, desenvolvendo saberes que permitem aprender ao longo da vida, logo, articulando a teoria e prática.

Diante das informações comentadas, é indispensável efetivar normativas específicas, para que o IFPE alcance o objetivo de incluir, fornecer Tecnologias Assistivas, e tornar seus *campi*, mesmo aqueles em sede provisórias, inclusivos aos discentes. Além de motivar e normatizar as bibliotecas, para que assumam protagonismo no alinhamento em direção a se tornarem efetivamente inclusivas, em especial, aos estudantes com deficiência visual, que necessitam de atendimento e recursos tecnológicos, específicos, para a busca de informação.

2 | DEFICIÊNCIA VISUAL

Soares (2014), lembra que a história demonstra que as sociedades antigas, narravam o “não ver” limitado a interpretações metafísicas, místicas e moralizantes. Todavia, tais percepções sofreram transformações com a modernidade, fortificando valores que naturalizam a diferença.

Contudo, a legislação brasileira, ainda utiliza alguns termos impróprios, como o Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999, ao considerar a deficiência apenas no seu aspecto médico e negativo, utilizando conceitos de anormalidade, perda das funções e incapacidade. Por isso, recomenda-se a terminologia, mais atual, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) que define pessoa com deficiência aquela:

Que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Conforme explica Lopes e Feminella (2016), observa-se que a legislação vem superando a lógica de anormalidade ou incapacidade e requer que sejam suprimidas as barreiras para garantir a participação de todos os indivíduos em quaisquer espaços. Desse modo:

Um ser vivo é normal num determinado meio, na medida em que ele é a solução morfológica e funcional encontrada pela vida para responder a todas as exigências deste meio [...]. Não existe fato que seja normal ou patológico em si. A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras formas de vida possíveis (CANGUILHEM, 2000).

Nessa perspectiva, a definição de normal não faz sentido, pois ser anormal é apenas estar fora de um padrão ou norma. Ou seja, um desvio do natural padronizado

pela ciência. Contudo, a vida biológica é concebida pelo próprio organismo, e pertence a origem de sua existência, assim, o sujeito, deve ser entendido como padrão de si mesmo (CANGUILHEM, 2000).

Segundo o Decreto nº 5.296/2004, cegueira é quando a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, ocasionando uma alteração grave e afetando irremediavelmente a capacidade de perceber cores, tamanhos, distância, forma. Sobre a baixa visão, o mesmo Decreto a descreve quando um indivíduo possui acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, após a correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°.

Mas, evidenciado o diagnóstico clínico, várias tecnologias auxiliam essas pessoas. Inclusive, Bruno (1997), defende que qualquer envolvido com estudantes com deficiência visual, devem perceber além do diagnóstico, que cada pessoa apresentará necessidades específicas e níveis visuais diferentes. Por isso, a importância da inclusão, que tem como objetivo atender as necessidades dos indivíduos e facilitar seu processo de aprendizado e convivência social, respeitando sua história de vida.

3 | ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO E A BUSCA DA INTEGRALIDADE E DA INCLUSÃO

Ofertar cursos profissionais para escolares com deficiência visual, seguramente mostra-se como um avanço educacional e social. Entretanto, esse fato não é suficiente para que essas pessoas tenham acesso ao mundo do trabalho e uma educação integral. É fundamental compreender que:

Ambientes humanos de convivência e de aprendizagem são plurais pela própria natureza e, por isso, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno – segundo suas capacidades e seus talentos – e de um ensino participativo, solidário, acolhedor (MANTOAN, 2015, pg.16).

A Lei nº 11.892/2018 propõe como uma das finalidades dos Institutos Federais, desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. Corroborando com o pensamento inclusivo de Mantoan (2015).

Saviani (2011, pg. 06), explica que “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Assim, a educação profissional e tecnológica, deve alinhar a teoria e prática do seguinte modo:

A mediação entre teoria e prática é o trabalho educativo; é por meio dele que a prática se faz presente no pensamento e se transforma em teoria. Do mesmo

modo, é pelo trabalho educativo que a teoria se faz prática, que se dá a interação entre consciências e circunstâncias, entre pensamento e bases materiais de produção, configurando-se a possibilidade de transformação da realidade (KUENZER, 2007, pg.350).

Surge, assim, a importância da biblioteca inclusiva para mediar a teoria com a prática; e ser uma possibilidade de transformação da realidade desses discentes. Contudo, Malheiros e Cunha (2018), apresentam que apenas 5% a 7% do que é publicado nos países desenvolvidos e menos de 1% nos países em desenvolvimento, está disponível em formato adaptado.

O livro em Braille, enquanto uma das diversas ferramentas educacionais, faz parte do que se denomina livros acessíveis, que são propostos às pessoas com deficiência visual. Esses livros, conglomeram, além do livro em Braille, o livro em Braille e em tinta, o livro com fonte ampliada, o livro falado e o livro digital (LÊDO; SILVEIRA, 2017).

Uma das grandes justificativas para a produção de livros falados ou em formato digital, é, conforme Ferraz (2015), que o Braille possui limitações, pois não reproduz gráficos e o tipo de papel é oneroso, com gramatura 120; além do alto custo das impressoras Braille. Por outro lado, Faria e Botelho (2009), atentam que obras com mais de cem páginas podem chegar a quinhentas, quando transcritos para Braille, dificultando o transporte e guarda. Porém, os autores defendem que os livros em Braille permitem que a pessoa tenha o processo de aprendizagem da escrita e da leitura, como os demais.

Logo, percebe-se que o IFPE, vem se adequando as questões inclusivas, e buscando regulamentar ações efetivas, como por exemplo, quando o Conselho Superior do Instituto, por meio da Resolução nº 81/2014, aprovou a “Orientação das Ações de Inclusão das Pessoas com Deficiência no IFPE”, que faz parte das atividades da Coordenação de Políticas Inclusivas, localizada no prédio da Reitoria, atualmente, constando no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018).

4 | MÉTODO

Minayo (2013), atenta que todas as investigações se iniciaram ou iniciam com uma dúvida ou por um problema ou questão, que estão intrinsecamente interligados aos conhecimentos prévios dos pesquisadores, por isso, o investigador, separa e recorta determinados aspectos para trabalhá-los.

Para a busca de informações, optou-se por uma pesquisa documental, no Portal do IFPE (<https://portal.ifpe.edu.br/>), com os descritores: deficiência, biblioteca, Tecnologias Assistivas, acessibilidade, inclusão, Braille, recursos tecnológicos e livros acessíveis. Ocorrendo uma leitura e análise crítica dos documentos, para compreender a questão da inclusão e bibliotecas, no âmbito do IFPE, em relação a escolares com deficiência visual.

Para isto, foram selecionados os documentos constantes na Figura 1. Estes, são aprovados pelo Conselho Superior do IFPE, e disponibilizados publicamente no Portal do Instituto. Foram analisados seguindo a ordem cronológica de publicação, com intuito de verificar, também, as transformações ao longo do tempo em dois planos institucionais.

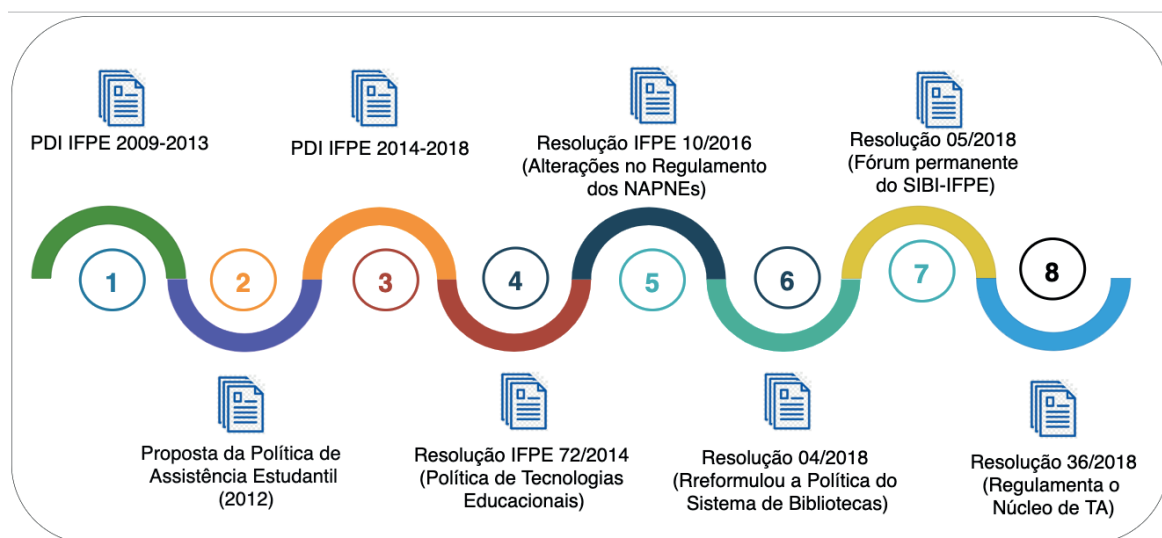


Figura 1- Documentos Institucionais Selecionados

Fonte: Os Autores.

Malheiros (2011), afirma que a pesquisa documental é utilizada quando a investigação busca analisar, criticar ou compreender um fenômeno específico ou fazer comparações baseadas nos documentos selecionados.

Esclarece-se que esta fase da pesquisa não buscou apontar erros ou aspectos não cumpridos. Buscou descrever a realidade, identificando evidências, que possam contribuir para uma inclusão efetiva, nas bibliotecas do Instituto Federal e ao comportamento atitudinal das pessoas.

Sendo assim, como o objetivo de compreender as bibliotecas e o IFPE na perspectiva da inclusão, quais estratégias são ou foram desenvolvidas, como o uso das tecnologias são regulamentadas para os alunos com deficiência visual, e quais as congruências e incongruências entres as informações institucional, no próximo item, serão discutidos os resultados da análise documental.

5 | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPE (PDI 2009-2013), não mais em vigência, afirmava ser missão da instituição:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento

Percebe-se, assim, que o Instituto Federal há 10 anos tem como finalidade uma formação integral, cidadã e inclusiva do discente. A educação integral ou omnilateral, consiste, conforme Saviani (1994), em uma formação que desenvolva ao máximo as potencialidades espirituais e intelectuais dos indivíduos, o que contextualiza com o conceito de inclusão.

Ainda sobre o PDI 2009-2013, este, apresenta um subitem intitulado “Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais” (pg.50), que assegura a esses estudantes acesso ao ensino em igualdade aos demais e com adaptações de acordo suas necessidades, buscando “difundir os pressupostos da inclusão sobre a exclusão”. E como conquista inclusiva, para permanência do aluno, propôs a “criação e operacionalização do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidade Especiais (NAPNE)”, atualmente denominado, Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência.

A Proposta da Política de Assistência Estudantil de 2012, está interligada com essas questões, quando assevera ter Programas Específicos que se caracterizam por prover condições mínimas sociais aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e com deficiência, contribuindo com a equidade da educação. Interessante destacar, que essa política é do ano de 2012, e encontra-se vigente, mesmo após a publicação do PDI 2014-2018. Além disso, a Política Estudantil traz um conceito essencial que é equidade, o que não se encontra no PDI 2009-2013.

Em, 2014 foi proposto um novo Plano Institucional, o PDI 2014-2018, que abrange, o Projeto Político Institucional (PPI), resguardando também, uma formação integral, cidadã e inclusiva. E, discursa especificamente sobre as Tecnologias Assistivas e a importância para os discentes com deficiência. “Ao se considerar a questão da inclusão social, não se pode negligenciar a acessibilidade digital e o seu tema mais atual, o da tecnologia assistiva” (pg.118), fornecendo dentre outros recursos: acessibilidade ao computador, teclados modificados ou alternativos e softwares especiais.

Ao encontro desse pensamento, a Resolução Nº 72/2014, aprovou a Política de Tecnologias Educacionais do IFPE, que objetiva orientar as atividades pedagógicas mediadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, promovendo a realização de seminários de sensibilização, cursos, oficinas e eventos sobre o tema e desenvolver, dentro das possibilidades do IFPE, Tecnologias Assistivas que atendam às pessoas com deficiência. Acessando o Portal do IFPE, não foram encontradas informações sobre eventos periódicos realizados por essa Política.

Nesse contexto de atendimento inclusivo, a Resolução nº 10 de 23 de março de 2016, aprovou as alterações no Regulamento dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Deficiência do IFPE (NAPNE), afirmando ter como finalidade promover a educação para a convivência, considerando às diferenças e à igualdade de oportunidades,

almejando eliminar as barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas.

Todos os NAPNE, são vinculados à Coordenação de Políticas Inclusivas da Reitoria (CPI), e aos seus respectivos Campi. Assim, em todos os 17 campi há um núcleo, sendo uma constatação da assertividade da sua regulamentação. Mas, percebe-se que estes, necessitam de equipe multiprofissional, espaço físico adequado, formação continuada dos profissionais, apoio da Gestão, dentre outros aspectos.

Debatendo resumidamente sobre a CPI, sua finalidade é criar sistemas educacionais inclusivos nos Campi, renovando a cultura, a prática e as políticas vivenciadas, por meio de uma abordagem democrática, em que os indivíduos percebam o ser social e suas singularidades, portanto, uma coordenação essencial para auxiliar um direcionamento inclusivo para as bibliotecas do Instituto (IFPE-PDI 2014-2018).

A CPI em conjunto com os NAPNE, realizam anualmente eventos como a “Caravana de Extensão”, “Inclusão em ação”, “Semana da pessoa com deficiência”, “Seminário de Inclusão” e “Prêmio de Gênero”, como também, disponibilizam à comunidade: “Cartilha de Acessibilidade”, “Folder do NAPNE” e “Edital do Vestibular em LIBRAS” e ações que atendem a comunidade interna e externa do Instituto (IFPE-PDI 2014-2018).

Em relação as bibliotecas, a Resolução nº 04 de 22 de janeiro de 2018 - Regulamenta o Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Pernambuco – SIBI-IFPE-, afirma como objetivos, padronizar as atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais, voltadas para a coleta, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação de informações; preservar a memória institucional; apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão e; atender à comunidade nos seus objetivos relacionados à educação, cultura, pesquisas e lazer (IFPE, 2018).

Logo em seguida, está a Resolução nº 05, também de 22 de janeiro de 2018, que cria o Fórum Permanente do SIBI-IFPE, entretanto, não traz propostas específicas sobre inclusão nas bibliotecas, mas se torna essencial, pelo fato de consolidar a unidade do SIBI-IFPE, promovendo, uma vez por semestre, grupos de debates sobre questões de biblioteconomia, o que pode servir como catalizador para discussões sobre temáticas inclusivas, de acessibilidade e deficiência.

É importante destacar que é previsto nos regulamentos internos das bibliotecas que pesquisadores e estudantes sem vínculo com o IFPE, também podem ter acesso ao acervo do SIBI, por meio de consulta presencial. Todavia, nas Resoluções nº 04/2018 e nº 05/2018, não se encontram estratégias em relação aos usuários com deficiência. Portanto, as bibliotecas devem estar preparadas para receberem a todos, independentemente da sua condição, tendo em vista que os documentos tratam os usuários com igualdade e equidade.

Em consonância, a Resolução nº 36 de 1º de janeiro de 2018, instituiu o Núcleo de Tecnologias Assistivas no IFPE. Um documento muito recente, com pouco mais

de um ano de regulamentação, logo, complexo para avaliar suas ações. Entretanto, em relação a sua importância, é ímpar seu valor, pois tem como objetivos: planejar e promover ações, inclusive capacitações, sobre acessibilidade, TA e inclusão, no IFPE.

Desse modo, todos os documentos trazem ações admiráveis e basilares para a construção de uma educação profissional e tecnológica baseada na formação integral, cidadã e inclusiva do ser humano. Mas, reflete-se, por exemplo, que o Edital do Vestibular, também deveria estar acessível em formato Braille e digital, para os candidatos com deficiência visual; as bibliotecas devem ser específicas em seus regulamentos sobre o acesso a informação, em relação as pessoas com necessidades específicas; o IFPE deve investir efetivamente em Tecnologias Assistivas; e oferecer capacitações, continuamente, a comunidade, para disseminar as práticas inclusivas em todos os ambientes, especificamente, nas bibliotecas, por serem ambientes de convivência social e aprendizagem.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental mostrou-se relevante ao estudo proposto, uma vez que se analisou algumas normativas sobre o IFPE, biblioteca e inclusão, obtendo-se um panorama breve e geral. Após, o levantamento foi compreendido algumas ações positivas que o Instituto Federal possui, como a Semana da Pessoa com Deficiência e Núcleo de Tecnologias Assistivas, contudo, não se observou uma concretização efetiva entre a teoria e prática.

Depreende-se, também, que a própria Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, pode criar e oferecer Tecnologias Assistivas; desenvolvendo *web* acessível; capacitando sobre produção ou uso da TA, por ser um centro de produção de conhecimento e de inovação e por possuir profissionais que desenvolvem diferentes pesquisas nas diversas áreas do conhecimento. Tornar o Portal do IFPE e da Comissão de Vestibular acessíveis aos usuários com deficiência, também é outra tarefa, pois a acessibilidade e inclusão são direitos. Inclusive, não existem razões para não as concretizarem, mesmo que minimamente.

A complexidade das atividades educacionais torna imperiosa a elaboração de estratégias de ação, planejamento, organização e definição de prioridades, o que demanda articulação com a gestão e estudantes ao longo de todo o percurso. Essas estratégias conversam com o princípio democrático defendido pela Constituição Federal de 1988 e com a luta por uma escola das diferenças e das diversidades.

Entende-se, conseqüentemente, que o conceito de biblioteca é mais amplo do que se imagina. Pois, a biblioteca possui, o papel de contribuir para o ensino, a pesquisa e extensão, por meio da prestação de serviços à comunidade interna e externa, e; devem ser considerados espaços de informação para a orientação das

várias necessidades dos usuários, mas antes de tudo, serem considerados espaços sociais, pois é onde ocorrem continuamente a interação de pessoas e a troca de informações diversificadas, ou seja, o processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 11 jun. de 2019.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social?**. Avaliação, Campinas. Sorocaba- SP: 2013, p. 129-150. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/08.pdf>>. Acesso em: 29 de jun. de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 de jun. de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece As Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. BRASÍLIA, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 01 jun. de 2019.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Institui A Política Nacional do Livro**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em 23 de jun. de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (estatuto da Pessoa Com Deficiência)**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 jun. de 2019

Brasil. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Comitê de Ajudas Técnicas Tecnologia Assistiva (CAT)**. Brasília: CORDE, 2009. Disponível em: <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>>. Acesso em: 12 de jun. de 2019.

BRASIL. Lei nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta As Leis nos 10.048, de 8 de Novembro de 2000, Que Dá Prioridade de Atendimento às Pessoas Que Especifica, e 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, Que Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos Para A Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência Ou Com Mobilidade Reduzida, e Dá Outras Providências**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 1 de jun. de 2019.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Deficiência visual: reflexões sobre a prática pedagógica**. São Paulo: Laramara, 1997.

Cartilha do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo 2010) – **Pessoas com Deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/>>

cartilhasdeficiente/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia.pdf>. Acesso em: 12 de jun. de 2019.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. Tradução de Maria Thereza de Carvalho Barrocas e Luiz Octavio Ferreira Barreto Leite. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FEMINELLA, Anna Paula; LOPES, Laís de Figueirêdo. Disposições gerais / Da igualdade e da não discriminação e cadastro-inclusão. In FAYAN, Regiane Alves Costa; SETUBAL, Joyce Marquezin. (orgs.). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** – Comentada. Campinas: Fundação FEAC, 2016. Disponível em: <<https://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Lei-brasileira-de-inclusao-comentada.pdf>>. Acesso em: 23 de jun. de 2019.

FARIA, Iara Rosa; BOTELHO, Amanda Ribeiro. Consciência fonológica e Sistema Braille: reflexões sobre o tratamento da ortografia. In: DÍAZ, Félix (orgs.) **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 117-126. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-12.pdf>>. Acesso em: 21 de jun. de 2019.

FERRAZ, Vera Regina Pereira. **Um estudo sobre acessibilidade na Biblioteca Louis Braille do Instituto Benjamin Constant: o que pensam seus usuários?** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação: 2015. Disponível em:< <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/554>>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

IFPE/CONSUP. Plano 2014-2018, de 15 de dezembro de 2015. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Pernambuco 2014–2018**. Disponível em: <<http://pdi.ifpe.edu.br/wp-content/uploads/2016/01/PDI-COMPLETO.pdf>>. Acesso em: 12 de jun. de 2019.

IFPE/CONSUP. Resolução nº 10, de 29 de fevereiro de 2016. **Aprova As Alterações no Regulamento dos Núcleos de Apoio às Pessoas Com Deficiência do IFPE**. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2016>>Acesso em: 01 jun. de 2019.

IFPE/CONSUP. Resolução nº 72, de 30 de setembro de 2014. **Aprova a Política de Tecnologias Educacionais do IFPE**. Disponível em: < <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2014/resolucao-72-2014-aprova-a-politica-de-tecnologias-educacionais-do-ifpe.pdf>> Acesso em: 01 jun. de 2019.

IFPE/CONSUP. Resolução nº 36, de 01 de julho de 2018. **Regulamenta e institui o Núcleo de Tecnologia Assistiva do IFPE**. Disponível em:< <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2018-1>> Acesso em: 01 abr. de 2019.

IFPE/CONSUP. Resolução nº 04, de 22 de janeiro de 2018. **Aprova a reformulação da Política do Sistema de Bibliotecas do IFPE**. Disponível em <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2018-1>>. Acesso em: 15 de jun. de 2019.

IFPE/CONSUP. Resolução nº 05, de 22 de janeiro de 2018. **Aprova o Regulamento do Fórum Permanente do SIBI – IFPE**. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2018-1>> Acesso em: 05 de jun. de 2019.

IFPE/CONSUP. **Política Assistência Estudantil IFPE 2012**. Disponível em: < <https://portal.ifpe.edu.br/campus/ipojuca/assistencia-estudantil/politica-assistencia-estudantil-ifpe-2012.pdf/view>>. Acesso em: 15 de jun. de 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível**. Educ. Soc. Campinas: abr.-jun., 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00331.pdf>. > Acesso em: 24 de jun. de 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente**. Educ. Soc., Campinas: out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

LÊDO, Felipe José. **A representação do livro em Braille em catálogos em linha de acesso público de bibliotecas.** Inf. & Soc. João Pessoa: maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/33314>>. Acesso em: 1 de jun. de 2019.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: Ltc, 2011.

MALHEIROS, Tania Milca; CUNHA, Murilio Basto de. **As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiências visual.** RDBCI: jan./abr.2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650318/pdf>>. Acesso em: 12 de jan. de 2019.

MANTOAN, Marai Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MINAYO, Maria Cecelía de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 33. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

PERNAMBUCO, Instituto Federal de. **Portal IFPE.** 2019. Disponível em: <<http://portal.ifpe.edu.br/>>. Acesso em: 03 de jun. de 2019.

PUPO, Denise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Férrez. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas.** Campinas: São Paulo: Unicamp, 2008.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3. ed. São Paulo: Wva, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11.ed.rev.Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SOARES, Adriany Thatcher Castro. **Multi-functional Resources Rooms: this study on the Specialized Educational Services to students with visual impairments.** 2014. Master Dissertation. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2014.

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHÉLLE BARRETO JUSTUS Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant’Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Altas habilidades 39, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 135, 136, 146, 151, 154, 155, 207

Autismo 1, 3, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41

B

Biblioteca inclusiva 61, 62, 63, 64, 66, 67, 113, 116

Biscuit 93, 94, 95, 97

C

Crianças autistas 14, 16, 21, 24, 29, 31, 38

Cultura Popular 1, 4, 5, 7, 8, 12

D

Deficiência visual 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 166, 175

Deficientes auditivos 61, 62

Democratização 143, 144

Desenvolvimento Infantil 1, 23

Design 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 174, 175, 209

Design Universal para a Aprendizagem 163, 164, 165, 166, 167

Dinâmica pedagógica 163

E

Educação básica 12, 22, 26, 32, 47, 57, 127, 134, 137, 155, 174, 188, 215

Educação de Surdos 42, 44, 49, 53, 58, 59, 60, 129, 132, 176, 177, 179, 180, 182, 185, 187, 188, 199, 205, 206

Educação Especial 1, 12, 16, 19, 20, 21, 26, 30, 31, 33, 36, 41, 42, 44, 51, 52, 62, 74, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 90, 92, 93, 94, 109, 110, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 152, 155, 156, 162, 169, 174, 188, 200, 206, 217, 218, 221, 227, 228, 235

Educação Inclusiva 1, 4, 12, 13, 15, 18, 20, 21, 24, 32, 34, 35, 39, 40, 41, 43, 44, 51, 57, 62, 70, 75, 78, 80, 83, 90, 92, 94, 113, 124, 125, 126, 127, 131, 135, 136, 138, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 152, 153, 154, 156, 161, 162, 163, 164, 168, 169, 171, 174, 175, 203, 205, 206, 207, 216, 217, 221, 222, 227, 228, 229, 231, 232, 235

Educação Infantil 21, 25, 51, 52, 54, 79, 106, 108, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 141

Ensino 1, 4, 5, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 34, 35,

36, 37, 38, 39, 40, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 235, 236

Ensino alternativo 93

Ensino-Aprendizagem de Inglês como LE 176

Ensino de línguas 182, 187, 188, 190

Estratégias de Ensino 16, 151, 176, 178, 179, 187, 194

H

Habilidades intelectuais 14, 16

História 5, 8, 9, 10, 11, 12, 28, 29, 53, 54, 56, 59, 60, 74, 82, 113, 114, 115, 124, 125, 126, 132, 146, 147, 161, 162, 178, 195, 196, 200, 201, 220, 222

I

Inclusão escolar 12, 14, 16, 22, 32, 33, 39, 60, 70, 75, 123, 125, 126, 129, 131, 135, 136, 137, 141, 142, 144, 145, 151, 155, 157, 162, 189, 200, 201, 203, 218, 235

Inclusão social 54, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 118, 128, 153, 186, 198

L

Letramento de surdos 190, 193

LIBRAS 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 67, 119, 124, 125, 126, 129, 132, 183, 187, 188, 190, 192, 193, 217, 218

M

Material Didático 95, 96, 97, 98, 102, 176, 185, 187

N

Norbert Elias 42, 43, 45

P

Prática docente 17, 32, 34, 35, 40, 78

Produção de materiais 93, 98

Professor especializado 14, 16, 21, 156

Psicologia Educacional 1

Psicólogo Escolar Educacional 69, 70

R

Relato de Experiência 3, 11, 99, 134, 220, 222, 223, 225

S

Sociedade 2, 5, 6, 12, 17, 19, 24, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 53, 54, 55, 57, 59, 62, 63, 65, 68, 72, 74, 82, 83, 88, 94, 112, 113, 114, 118, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 136, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 156, 161, 162, 164, 171, 172, 187, 190, 192, 193, 198, 199, 207, 215, 221, 227, 228

Soroban 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110

Superdotação 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 135, 136

Surdos 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 146, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

T

Trabalho Colaborativo 134, 136, 139, 231, 233, 234, 235

Tradutor Intérprete de Libras 42

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-724-6



9 788572 477246